MODALIDADE:

( ) TRABALHO CIENTÍFICO (X) RELATO DE EXPERIÊNCIA

A RENOVAÇÃO DAS COTAS RACIAIS NO SERVIÇO PÚBLICO E NAS UNIVERSIDADES

O Papel das Cotas na Promoção da Equidade Étnico-Racial e os Desafios Enfrentados

Samuel Vitor Gonzaga Santos
Graduando em Direito, Universidade de Brasília
samuelvitor.direito@gmail.com

RESUMO:
As cotas raciais emergem como uma política de ação afirmativa crucial no combate às desigualdades históricas vividas por grupos étnico-raciais marginalizados no Brasil. Essas medidas buscam mitigar os efeitos do racismo estrutural, assegurando a inclusão de pessoas negras, quilombolas, indígenas e de baixa renda em espaços dominados majoritariamente pela branquitude, tanto nas universidades quanto no serviço público. No contexto educacional, a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, alterou significativamente o perfil socioeconômico das universidades públicas ao garantir acesso a estudantes de grupos historicamente excluídos. Desde sua implementação, a quantidade de estudantes negros nas universidades públicas dobrou, e o número de estudantes indígenas triplicou. Esses avanços não se limitam ao ingresso no ensino superior, mas também promovem a pluralidade acadêmica, enriquecendo o ambiente educacional com novas perspectivas, que refletem a diversidade da população brasileira. Apesar dos êxitos, desafios persistem, como a tentativa de revisão da Lei em 2022, impulsionada por interesses conservadores que visavam sua restrição ou até extinção. A predominância de uma epistemologia eurocêntrica e a presença majoritária de homens brancos no corpo docente universitário demonstram que a luta pela equidade vai além do acesso, demandando mudanças mais profundas na estrutura acadêmica. Como militante da articulação Pelas Vidas Negras e da Negritude da Rede Emancipa, participei das incidências no Senado. Como militante da articulação Pelas Vidas Negras e da Negritude da Rede Emancipa, atuei diretamente nas articulações no Senado. Essas ações, conduzidas por movimentos negros, incluíram visitas estratégicas aos gabinetes de senadores para alertá-los sobre os riscos de enfraquecimento das políticas de cotas, especialmente durante a tramitação do Projeto de Lei (PL) 1958/2021. O PL, aprovado no Senado e agora em discussão na Câmara, enfrentou diversas

emendas que buscavam reduzir o percentual de vagas reservadas e modificar os critérios de autodefinição racial. A mobilização popular foi essencial para barrar muitas dessas ameaças, embora tenhamos sofrido uma derrota com a substituição do termo "negros/negras" por "pretas(os)/pardas(os)". Ainda assim, conseguimos uma vitória significativa em um cenário de ataques contínuos às políticas de inclusão. Ao mesmo tempo, a renovação das cotas no serviço público, embora tenha representado um avanço, também expôs os desafios ainda presentes, especialmente na luta pela ocupação de espaços de poder por pessoas negras, como cargos de juízes, promotores e professores universitários. Esses espaços continuam majoritariamente ocupados por pessoas brancas, o que reflete a manutenção de privilégios históricos e a resistência à redistribuição equitativa de oportunidades. Dessa forma, esse artigo é um relato de experiência baseado na vivência como educador popular e militante do movimento negro, no qual participei da incidência política para manutenção das cotas nos serviços públicos e que entende que as cotas raciais continuam sendo um mecanismo indispensável na luta por justiça racial, por representatividade real e emancipação do povo negro; bem como, a defesa dessa política pública deve focar na sua manutenção e expansão, como um instrumento não apenas de inclusão, mas de transformação estrutural dos espaços que historicamente excluíram esses corpos.

Palavras-chave: Cotas Raciais; Universidade; Serviço Público; Movimento negro; incidência política.